

Propina da Fetranpor barrou CPI dos ônibus, diz delator

Lélis Teixeira, ex-presidente da Fetranpor, relatou pagamento de propina na Câmara Municipal para emperrar CPI. **PÁGINA 19**

Propina teria barrado CPI para investigar ônibus

Em delação premiada, ex-dirigente da Fetranspor afirma ter se reunido com o atual presidente da Câmara e outros três vereadores para que comissão fosse integrada por uma maioria favorável aos empresários do setor

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES E
PAULO CAPPELLI
granderio@oglobo.com.br

Em delação premiada, o ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte do Rio (Fetranspor) Lélis Teixeira contou que pagou propina para barrar a CPI da Câmara Municipal que investigaria supostas irregularidades na licitação, realizada em 2010, para escolher as empresas que operariam o serviço de ônibus na cidade. A trama para derrubar a comissão, instalada em 2013, envolveria o presidente da Casa, Jorge Felipe (MDB). Os valores teriam sido pagos a três vereadores que eram da base do governo: Jorginho da SOS, Professor Uoston (ambos sem mandato) e Renato Moura (PDT), hoje secretário municipal de Trabalho do prefeito Marcelo Crivella. A CPI, criada no auge dos protestos contra o reajuste das passagens, de fato, nunca avançou.

Na época, partidos da oposição foram à Justiça contra a CPI, alegando que ela era controlada pelo governo, e ganharam uma li-



GABRIELA DE PAIVA/15-05-2013

Delator. O empresário Lélis Teixeira, que foi da Fetranspor



MARCOS DE PAULA/22-12-2017

Alvo. O vereador Jorge Felipe, que nega a acusação

minar suspendendo os trabalhos. Após vários recursos, com idas e vindas, a comissão foi totalmente sepultada por aclamação pelos vereadores numa sessão muito rápida, em 2015.

No relato, Lélis afirmou que os três vereadores receberam valores para que não contrariassem os interesses do setor. A quantia não está

na delação. Ele contou ainda que advogados tentaram influenciar o Judiciário para barrar a CPI.

Jorge Felipe já havia aparecido em outro trecho da delação. Segundo a versão de Lélis, ele e dois ex-presidentes da Câmara do Rio receberam propina para não aprovar projetos contrários às empresas de ônibus. Além de

Jorge Felipe, foram citados Ivan Moreira (hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Município), que nega as acusações, e Sami Jorge (já falecido). Pelo menos outros 12 vereadores e ex-vereadores, de acordo com a delação, teriam recebido propina.

Segundo o delator, um encontro com Jorge Felipe para tratar da CPI aconteceu em 7

de agosto de 2013, em uma sala de um hotel no Centro. Era véspera da reunião na Câmara que definiria os integrantes da CPI. Entre os empresários presentes, estava Jacob Barata Filho, um dos mais conhecidos do ramo no estado.

Autor do pedido da CPI de 2013, o ex-vereador e hoje deputado estadual Eliomar Coelho (PSOL) diz que as declarações de Lélis ajudam a esclarecer por que as investigações não prosperaram no Legislativo:

— A situação foi estranha. A oposição tinha direito a mais vagas. Mas a proporcionalidade na composição não foi respeitada.

Em sessão ontem à tarde na Câmara, Jorge Felipe fez um longo discurso para se defender das acusações. E comparou seu caso ao do vereador Marcello Siciliano (Podemos), que chegou a ser considerado suspeito dos assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista dela, Anderson Gomes, após o depoimento de uma testemunha que acabou sen-

do descartado pela polícia.

— Não podemos permitir que o instrumento da delação seja utilizado de forma a beneficiar criminosos e estimular impunidade. Vemos casos recorrentes de delações que envolvem interesses inconfessos — afirmou o presidente da Câmara.

CITADOS NEGAM ACUSAÇÃO

Jorginho da SOS não foi encontrado pelo GLOBO para comentar a delação. Uoston negou que tenha se reunido com empresários para negociar propina:

— Esse senhor está delirando.

Em nota, Renato Moura disse que, em seus mandatos, sempre tratou de assuntos legítimos de forma republicana e que está indignado com as acusações.

A assessoria de Jacob Barata Filho informou que o empresário não iria se manifestar “sobre conteúdos de vazamentos seletivos e de veracidade questionável de supostos anexos de colaboração premiada” aos quais sequer teve acesso.